

108 Marcelo Ninio, 60, Casa Clara, RJ, jornalista

MARCELO NINIO



Tempos instáveis e excessos chineses

Fabiana D'Átri começou a acompanhar a economia chinesa quase sem querer. Economista do Bradesco, trabalhava com mercados emergentes na crise global de 2008 quando logo percebeu que o alvo principal deveria ser a China. Com o tempo, o ofício passou a rimar com vício. Não é algo incomum entre os que mergulham na árdua e estimulante missão de

entender o que faz da China essa China que volta a ser superpotência. Tornou-se uma das referências no Brasil sobre o assunto, sempre atenta às mudanças muitas vezes silenciosas em um país cujos rumos afetam cada vez mais todos os outros. O começo não foi fácil. Em sua viagem inicial à China, em 2010, D'Átri teve vontade de pagar o próximo avião de volta já no primeiro dia, ao ser expulsa de um táxi. Cinco meses depois, porém, estava de volta. Habitou-se a fazer o longo trajeto duas vezes por ano, e só parou em 2020, quando a China se fechou.

Na última sexta, D'Átri concluiu mais uma visita ao país, a segunda após o hiato forçado do período da pandemia. O objetivo, como sempre, foi sentir de perto o pulso da segunda maior economia do mundo. A conclusão, após dias intensos de observação e conversas no circuito Pequim-Xangai, foi de que houve uma mudança de foco em relação a seu mais recente desembarque na capital chinesa, em novembro.

Naquele momento, o principal assunto era a falta de confiança que predominava na economia. Nesse aspecto, sentiu um avanço, ainda

que sutil: só de não ter piorado, já foi uma melhora, considera D'Átri. Mas ficou claro para ela que a conversa nigru para outra questão: o excesso de capacidade do país. Como a consequência doméstica disso é o risco de deflação, o movimento quase automático foi recorrer às exportações, como válvula de escape.

— Toda conversa começava com excesso de capacidade — conta D'Átri. — É o jeito chinês: eles são competitivos, então todos seguem na mesma direção. Os fortes sobrevivem, os fracos desaparecem e o mercado se consolida. Faz parte do processo produtivo e de sobrevivência. Não era assim seis meses atrás, muito menos antes da pandemia. Parece que agora virou uma venda absoluta.

É uma verdade que gera tensão internacional, diante da apreensão de outros países em ter sua indústria devastada por uma enxurrada de importações chinesas baratas. Wally Azevedo,

subsecretário do Tesouro dos EUA, reiterou em fevereiro que a injeção sobre a China não é mais a possível reação em cadeia de uma desaceleração acentuada, mas o impacto de seu excesso de capacidade na economia global.

Tais ruídos não se limitam à retórica de rivais. Os excessos chineses também inserem farras na relação amistosa do governo Lula com Pequim. Nos últimos meses, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) abriu mais de dez investigações sobre importações chinesas, sob suspeita de dumping — vender a preços inferiores aos do mercado local. Em junho o vice-presidente Geraldo Alckmin, que também chefa o Mdic, terá a oportunidade de abordar o tema cara a cara com os chineses durante sua visita a Pequim.

Faz parte do jogo. Mas ele tende a ficar mais complexo, prevê D'Átri, num momento em que "os acordos comerciais" pelo excesso de capacidade de chineses, para o qual insiste "solução única". Para o governo brasileiro, o desafio é encontrar um ponto de equilíbrio entre o interesse de fomentar a parceria com Pequim e a promessa de defender a indústria nacional.

Oposição: CNE bloqueia registro de substituta de María Corina

Partidos autorizados a disputar eleições denunciam falhas no site do órgão eleitoral venezuelano no último dia do prazo



Impedimento. Corina Yoris, principal nome da oposição, acusa a lei do órgão eleitoral de não registrar candidatura

— Meus direitos como cidadã venezuelana estão sendo infringidos ao não permitirem que eu acesse o sistema e inscreva minha candidatura à Presidência. Firmamos todas as tentativas para inserir os dados, e o sistema está totalmente fechado — denuncia Yoris em entrevista coletiva. — Tentamos ir pessoalmente ao CNE para entregar uma carta solicitando a prorrogação [por mais três dias], mas não conseguimos nem mesmo fisicamente.

AMIGO PESSOAL DE MADURO No sábado, María Corina Yoris denunciou que "uma manobra" estaria em curso para impedir o registro da oposição no órgão eleitoral. A Plataforma Unitária Democrática (PUID) requirira uma extensão de três dias no processo de inscrições, descartando o pedido ao presidente do CNE, Elys

Amoroso, amigo pessoal de Maduro.

Por sua vez, o presidente, que tenta um terceiro mandato consecutivo de seis anos nas eleições de 28 de julho, registra sua candidatura sem dificuldades.

— Hoje eu vim não apenas para inscrever meu nome, mas para escrever o sonho de uma pátria. Vim convidá-los a continuar sonhando e a continuar transformando nossa realidade em direção ao futuro — declarou ele após o registro. Também ontem, o governo da Venezuela anunciou que apresentará à Assembleia Nacional um projeto de "lei contra o fascismo" para sancionar os opositores, segundo o presidente, promoveram "atos de violência" contra o país.

Para David Smilde, especialista em Venezuela no Escritório de Washington para a América Latina (WOLA, na sigla em inglês), já não é possível falar em eleições livres com o tanto de interferências que já foram feitas pelo governo.

— A única esperança agora é ter eleições semicompetitivas, em que o governo não controle completamente — avalia Smilde. — Não há mais possibilidades [de eleições limpas] porque o governo já interveio tanto para inabilitar um número de candidatos, assediar a campanha de María Corina, que as condições básicas para se ter eleições livres e justas não estão lá. Nesse contexto, ainda é melhor uma eleição semicompetitiva do que apenas se abster.

ado há uma semana. Anúncios de "Queremos votar!" e "Maduro covarde", os manifestantes acusam o regime chavista de obstruir a possibilidade de eleições livres.

Para Mariano Alba, especialista em Venezuela do Crisis Group, o impedimento ao registro de eleitores no exterior também pode prejudicar a oposição. Segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados, há 7,7 milhões de nacionais no exterior hoje, embora o governo afirme que apenas 2 milhões deixaram o país e metade já teria retornado.

— O governo de Maduro sabe que a grande maioria dos venezuelanos que saíram do país votaria na oposição, por isso vai cortar todos os obstáculos possíveis para que o menor número possível de venezuelanos no exterior possa se registrar e votar nas eleições presidenciais — explica Alba.

REAÇÃO DOS VIZINHOS

Diversos governos da América Latina expressaram sua preocupação diante das acusações de impedimento do registro da oposição junto ao CNE. Argentina, Costa Rica, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai afirmaram que as denúncias põem em xeque a credibilidade do pleito. O Brasil não se pronunciou sobre o caso.

"Essa situação, juntamente com as desqualificações anteriores que foram de domínio público, levanta dúvidas sobre a integridade e a transparência do processo eleitoral como um todo", disse a nota. (Colaboração: Thyago Guimarães)

Tribunal dos EUA reduz multa bilionária de Trump

Após pedido da defesa, Corte em Nova York cortou o valor inicial de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 872 milhões, em caso de fraude fiscal

Um Tribunal de Apelações de Nova York cortou em mais da metade a multa de US\$ 454 milhões (R\$ 2,3 bilhões) do ex-presidente Donald Trump, no caso em que foi condenado por inflar o valor de suas empresas para ter condições de empréstimo favoráveis e outros benefícios, e lhe deu dez dias para pagar. O novo valor foi de US\$ 175 milhões (R\$ 872 milhões). O anúncio foi uma tábua de salvação para o republicano, já que no mesmo dia terminaria o prazo inicial para quitar a dívida, a qual Trump afirmou que não teria como pagar.

O pagamento atrasa a co-

brança da multa bilionária pela procuradora-geral de Nova York, Letitia James, enquanto ele aguarda um recurso, que pode levar meses para sair.

CASO DE EX-ATRIZ pornô

Anedota libera Trump e seus filhos, também condenados por fraude fiscal e financeira junto com a Organização Trump, para gerir negócios em Nova York e obter empréstimos. Seus filhos foram condenados a pagar, cada um, mais de US\$ 4 milhões (R\$ 19,9 milhões) por ganhos ligados à fraude. Apesar disso, as punições impostas pelo juiz Arthur Engoron, referentes ao monitoramento e a nomeação de um diretor de

compliance, continuam.

Trump, que recorre para evitar o pagamento, agradeceu ao tribunal. Seus advogados afirmaram que, se o recurso não for aceito, ele provavelmente teria que vender propriedades em Nova York "sob circunstâncias urgentes".

— Como dizem, tenho muito dinheiro. Vocês sabem que tenho porque alharam minhas declarações — afirmou Trump, citado pela CNN, dizendo que gostaria de usar os valores na campanha à Casa Branca, mas que "eles não querem que eu use meu dinheiro para ser reeleito".

O ex-presidente foi acusado em agosto de 2023 por aumentar o valor dos seus bens



Protestos. Multidão faz ato contra Donald Trump diante do tribunal em Manhattan

em "bilhões de dólares" todos os anos entre 2011 e 2021, em uma ação movida pela procuradora-geral do estado de Nova York. No fim de fevereiro, Trump ofereceu a um tribunal

comunicado, a procuradora frisou que Trump ainda enfrenta responsabilização por sua fraude fiscal.

Em caso de não pagamento, James ainda poderá ordenar o congelamento de contas bancárias ou tomar posse de propriedades em Nova York. Trump tem dez dias para garantir a fiança, e dias seguintes disseram ao New York Times que ele deve se cercar de paz de fazê-lo no prazo.

A decisão foi emitida no dia que um juiz de Nova York, Juan Merchan, rejeitou os argumentos de Trump para adiar o início do julgamento do caso criminal sobre pagamentos a uma ex-atriz pornô para que não revelasse detalhes de um caso extracônjugal que manteve com ela. O encerrado veio à tona antes da eleição presidencial de 2016, vencida pelo republicano. A seleção do júri começará no dia 15 de abril. (Com AFP e NYT)